

# DE FATO E DE DIREITO: O QUE ESTAMOS PESQUISANDO



Neste espaço o leitor encontra reunidas as ementas dos trabalhos aprovados para publicação, compilados e revisados pelos titulares da coluna.

Por:  
Alex Sommariva  
Maurício Daniel Moncons Zanotelli  
Solange Büchele de S.Thiago  
Virginia Lopes Rosa



# DIREITO À PRIVACIDADE DO DOADOR GENÉTICO VERSUS DIREITO DO FILHO DE SABER SUA ORIGEM

ACADÊMICO: Alan Cleiton da Rosa Oliveira (*alan\_croliveira@hotmail.com*)

ORIENTADORA: ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES

EXAMINADOR: Heitor Wensing Júnior

EXAMINADORA: Vanessa de Assis Martins

**Resumo:** O presente trabalho aborda o conflito existente entre o direito à privacidade do doador genético versus o direito do filho de saber sua origem, quando este é proveniente de um processo de reprodução humana assistida heteróloga. Primeiramente, são analisados os aspectos da reprodução humana assistida, bem como o conceito de filho biológico e não biológico, destacando os princípios relacionados ao tema proposto, como o da paternidade e/ou maternidade / responsável, do planejamento familiar e da dignidade da pessoa humana. Ainda, fez-se uma análise da Resolução nº. 2.168/2017, do Conselho Federal de Medicina, bem como dos Projetos de Lei existentes no legislativo brasileiro. Na sequência, pontuaram-se os posicionamentos existentes quanto ao direito de manutenção do sigilo frente ao direito à identidade genética, bem como ao direito de saber a identidade genética por parte do indivíduo gerado, garantindo seu direito de personalidade. O método de abordagem tem pensamento dedutivo, pois parte do geral para o específico, sendo de natureza qualitativa, com método de pensamento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica, com base na doutrina, e documental a partir da análise da legislação. Conclui-se, a partir da presente pesquisa, que tanto o doador genético tem direito à privacidade, quanto o filho gerado por reprodução humana assistida tem o direito de saber sua origem genética, porém, tendo em vista o direito de personalidade de reconstruir sua história biológica e sua saúde, o direito do filho deveria se sobrepor ao doador. E mesmo que a identidade do doador seja revelada, este fato não deve gerar qualquer obrigação entre o doador e o filho.

**Palavras-chave:** Reprodução assistida heteróloga. Identidade genética. Privacidade do doador.

# RESPONSABILIDADE CIVIL: A RESPONSABILIDADE CIVIL MÉDICA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

ACADÊMICA: Ana Luiza De Medeiros Santos Monteiro (*analuizamsm03@gmail.com*)

ORIENTADOR: GISELE RODRIGUES MARTINS GOEDERT

EXAMINADOR: *Patrícia Fontanella*

EXAMINADOR: *Patrícia Rodrigues de Menezes Castagna*

**Resumo:** O presente trabalho analisa o instituto da Responsabilidade Civil para a responsabilização médica nos casos de violência obstétrica, utilizando-se através do método dedutivo a análise da Responsabilidade Civil para ser aplicada especificadamente à responsabilidade civil médica nos casos de violência obstétrica, com a abordagem por meio de legislações, Constituição Federal e doutrinas. No decorrer do trabalho conceituou-se a violência obstétrica como o resultado dos atos dos profissionais da saúde, não excluindo demais agentes, contra às gestantes por meio da retirada ou restrição de sua autonomia, por meio da apropriação do seu direito reprodutivo ou impossibilitando-as na tomada de decisões relacionadas ao parto e ao seu bem estar, causando-lhes lesões física ou psicológica. Concluiu-se que a responsabilidade subjetiva e objetiva tem sido meios utilizados para a responsabilização médica pelos danos causados por meio da violência obstétrica, porém ambas as modalidades de responsabilização necessitam de maior aprofundamento dos tribunais sobre as relações jurídicas entre médico-cliente e hospital-cliente, as quais não são relações totalmente independentes entre si, mas complementares, logo cada sujeito deverá se desvincular da responsabilidade por meio da excludente de ilicitude ou nexos de causalidade, bem como a adoção de precedentes jurisprudenciais no uso do Código Ético Médico como forma de fundamentação da responsabilidade médica.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Violência Obstétrica. Autonomia da Parturiente

# IMUNIDADE MATERIAL DOS PARLAMENTARES: UMA ANÁLISE SOBRE OS LIMITES DO INSTITUTO

ACADÊMICO: André Nascimento do Amaral ([andredoamaral@uol.com.br](mailto:andredoamaral@uol.com.br))

ORIENTADOR: DANIELLE MARIA ESPEZIM DOS SANTOS

EXAMINADOR: Andreia Catine Cosme

EXAMINADOR: Eliane Luiz Espíndola de Souza

**Resumo:** O objetivo da presente pesquisa é apresentar os limites da imunidade material dos parlamentares no Brasil. O procedimento seguido no estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental. No que tange à metodologia, adotou-se o método dedutivo. Assim, no primeiro capítulo, serão estudados os limites da liberdade de expressão no Brasil. Nesse sentido, serão apresentadas teorias filosóficas justificadoras da liberdade de expressão, e em seguida analisados o tratamento constitucional e casos concretos na jurisprudência brasileira. Em um segundo momento, o estudo terá enfoque na imunidade material dos parlamentares, quando será apresentado um histórico do instituto no Brasil e estudado o sentido e a abrangência do instituto, de modo que será verificada a necessidade de vinculação das declarações proferidas com a atividade parlamentar. No último capítulo serão examinados casos concretos relevantes que contribuem para a delimitação dos limites a imunidade material dos parlamentares. Poderá ser verificado que a noção da imunidade material absoluta dentro dos recintos da Casa Legislativa não é mais pacífica no STF. Ainda, serão analisados temas contemporâneos, com grande potencial danoso à democracia e considerados desafiantes para a continuidade da imunidade material, como as *fake news* e o discurso de ódio. Por fim, também será estudada a responsabilização política dos parlamentares pelos seus pares como ferramenta que inviabiliza a proteção conferida pela imunidade material. Tem-se que a prerrogativa constitucional da imunidade material já não atende mais ao seu propósito inicial de garantia do livre exercício do mandato parlamentar e consolidação da democracia. Em especial, a noção de imunidade material absoluta parece ser incompatível com outros direitos fundamentais ao regime democrático.

**Palavras-chave:** Liberdade de expressão. Parlamentares. Imunidade material. Limite. Democracia.

# AS DECISÕES PROFERIDAS PELA ANEEL E A (IM) POSSIBILIDADE DE MELHOR APROVEITAMENTO ENERGÉTICO EM RAZÃO DAS LACUNAS EXISTENTES NA LEGISLAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO

ACADÊMICO: Arthur Willebring Testa ([arthurwt777@gmail.com](mailto:arthurwt777@gmail.com))

ORIENTADOR: JEFERSON PUEL

EXAMINADOR: Denis de Sousa Luiz

EXAMINADOR: Wânio Wiggers

**Resumo:** O objetivo principal do presente trabalho consiste em analisar a complexidade e limitação da legislação (leis e normas regulatórias) do Setor Elétrico Brasileiro (SEB), que acabam permitindo a existência de lacunas nos processos de outorgas de usinas hidrelétricas. Utiliza-se o método de abordagem de pensamento dedutivo, o método de procedimento monográfico e a técnica de pesquisa bibliográfica. Apresenta-se breve histórico do setor, demonstrando a evolução da legislação elétrica e suas reestruturações com o passar dos anos, seguido de conceitos, bem como os princípios e agentes que dão diretrizes ao setor. São verificados alguns conceitos próprios do setor de energia elétrica, que servirão como base ao leitor para melhor compreensão do objetivo principal da pesquisa. Expõe-se a governança e gestão do setor, a hierarquia dos órgãos perante os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Aborda-se a constituição, a estrutura e atribuições da (ANEEL), as normas regulatórias e sua gestão e como estas podem resultar na maior ou menor contribuição ao interesse público e quais melhorias poderiam ser implementadas na legislação para evitar ineficiências. Demonstra-se, como resultado dessa pesquisa, através de hipóteses concretas, que a legislação do sistema elétrico é omissa e não é coerente na exigência de garantias e de prazos rígidos, propiciando a existência de lacunas que geram prejuízos ao interesse público em geral, ao desempenho dos analistas da ANEEL e aos agentes privados interessados na exploração de potenciais hidrelétricos.

**Palavras-chave:** Legislação. Lacunas. Setor Elétrico. Interesse Público

# DANO AMBIENTAL: A TRÍPLICE RESPONSABILIZAÇÃO DO DEGRADADOR DO MEIO AMBIENTE

ACADÊMICO: Bruno Fortunato Delpizzo (*bruno.delpizzo@hotmail.com*)

ORIENTADOR: CRISTIANO DE SOUZA SELIG

EXAMINADOR: Michel Medeiros Nunes

EXAMINADOR: Mario Luiz Silva

**Resumo:** Este trabalho tem por objetivo geral analisar a responsabilização penal, administrativa e cível do agente infrator do meio ambiente no Ordenamento Jurídico brasileiro. Quanto à metodologia científica utilizada para a confecção do presente estudo, denota-se a pesquisa exploratória e a abordagem qualitativa. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, utilizou-se o bibliográfico e documental. Após a realização da pesquisa, concluiu-se que, a responsabilidade administrativa tem teor subjetivo, assim como a responsabilidade penal. Por outro lado, a responsabilidade civil por danos ambientais possui caráter objetivo, com a adoção pela doutrina majoritária e jurisprudência da teoria do risco integral.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Dano ambiental. Tríplíce responsabilidade do degradador ambiental.

# ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS FAVORÁVEIS E CONTRÁRIOS À REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO EXTRAJUDICIAL NA EXISTÊNCIA DE TESTAMENTO

ACADÊMICO: *Camila Guimarães da Silva (camila\_guimaraes88@hotmail.com)*

ORIENTADORA: *ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES*

EXAMINADORA: *Madilini Mariah Kulkamp Gurgacz*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

**Resumo:** O presente trabalho tem como perspectiva analisar os fundamentos favoráveis e contrários à realização de escritura pública de inventário através de Tabeliães nos casos em que o “de cujus” deixou testamento. Para tanto, em um primeiro momento, será abordado o Direito Sucessório no ordenamento jurídico brasileiro, focando na abertura da sucessão, com destaque às sucessões legítima e testamentária como espécies de sucessão. Posteriormente, será falado do inventário na via judicial e extrajudicial, bem como os princípios relacionados ao tema proposto, como o da dignidade da pessoa humana, da celeridade e economia processual, razoável duração do processo, inafastabilidade do Judiciário e segurança jurídica. Na sequência, far-se-á um apanhado acerca das serventias extrajudiciais, destacando sua evolução, competência e a possibilidade de realização de processos junto aos Cartórios. Por fim, adentrar-se-á ao tema proposto, elencando os argumentos favoráveis e contrários à realização de inventário extrajudicial na existência de testamento. O método utilizado no referido trabalho é o dedutivo, em exploração teórica e qualitativa, com a utilização de materiais bibliográficos, documental legal e jurisprudências dos Tribunais Pátrios. Os resultados obtidos com o presente trabalho expressam que são várias as interpretações dos Tabeliães para lavrar, ou não, escritura pública de inventário com a existência de testamento, a depender do caso concreto.

**Palavras-chave:** Inventário. Escritura Pública. Testamento.



# A PANDEMIA DA COVID-19 E A MEDIDA DE MONITORAMENTO DE DADOS DE GEOLOCALIZAÇÃO FRENTE AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À PRIVACIDADE E À INTIMIDADE

ACADÊMICA: *Carolina Corrêa (carolinacorrea.sc@gmail.com)*

ORIENTADOR: *CRISTIANO DE SOUZA SELIG*

EXAMINADOR: *Michel Medeiros Nunes*

EXAMINADOR: *Rodrigo Barreto*

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo principal analisar o monitoramento de dados de geolocalização como medida de combate à pandemia da Covid-19 frente aos direitos fundamentais à privacidade e à intimidade. Ainda, busca ponderar estes direitos em relação aos direitos à vida e à saúde, avaliando-se, numa eventual colisão destes princípios, qual bem constitucional deve prevalecer diante do contexto de pandemia. Para tanto, empregou-se na presente pesquisa, quanto ao nível, a natureza exploratória; quanto à abordagem, utilizou-se a de natureza qualitativa; e o procedimento empregado na coleta de dados foi a pesquisa bibliográfica e documental. Com a pesquisa, constatou-se que o monitoramento de dados de geolocalização fere os direitos à intimidade e à privacidade nas situações em que há a divulgação de dados do titular do direito sem autorização. Contudo, quando esse monitoramento utiliza dados de forma anonimizada, não permitindo qualquer identificação do usuário, não há violação daqueles direitos. Verificou-se ainda que, caso houvesse acesso a dados pessoais individualizados e, portanto, uma afronta aos direitos à privacidade e à intimidade, estar-se-ia diante de uma colisão entre direitos fundamentais, visto que o monitoramento de dados de geolocalização é utilizado como medida de combate à Covid-19 como uma forma de preservar a saúde e a vida das pessoas, que, por sua vez, também são direitos fundamentais. Nesse contexto, observou-se que, com a utilização da técnica da ponderação para resolver tal conflito, a tutela da vida e da saúde se sobrepõe em detrimento da privacidade e da intimidade do indivíduo. Assim, concluiu-se que o monitoramento de dados de geolocalização, como medida para evitar a propagação do contágio pelo coronavírus, não é incompatível com os direitos à privacidade e à intimidade. Pode ser utilizado pelo poder público, desde que este garanta que essa medida não represente um risco à segurança e à privacidade dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Pandemia. Covid-19. Monitoramento. Direitos fundamentais.

# PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E IMUNIDADE PARLAMENTAR CONSTITUCIONAL: LIMITES DA PRISÃO CIVIL POR OBRIGAÇÃO ALIMENTAR

ACADÊMICA: *Chayan Burga de Andrade Palma (chayanpalma@gmail.com)*

ORIENTADOR: *PATRICIA DE MENEZES CASTAGNA*

EXAMINADOR: *Janaina Carvalho de Souza*

EXAMINADOR: *Susana dos Reis Machado Pretto*

**Resumo:** O presente trabalho acadêmico tem como objetivo verificar a possibilidade de prisão civil de parlamentar por obrigação alimentar, a partir do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e da imunidade parlamentar, observando-se o contexto histórico das imunidades e da obrigação de prestar alimentos, isto porque a imunidade formal assegurada pela Constituição de 1988 não tratou expressamente da prisão civil, sendo ambos institutos previstos na Carta Magna. O método de abordagem dedutivo e a pesquisa bibliográfica e documental realizada por meio da busca em doutrina e documentos oficiais do Poder Judiciário evidenciam que há duas correntes doutrinárias divergentes sobre o assunto: a primeira considera a impossibilidade da prisão civil do parlamentar ante a imunidade formal; e, a segunda entende que a imunidade formal não abrange obrigações cíveis pessoais e, portanto, o parlamentar pode ser preso civilmente. Já a jurisprudência é escassa sobre o tema, porém, o entendimento predominante atualmente é pela possibilidade de a medida coercitiva cível ser aplicada aos parlamentares, assim como é para os outros devedores de alimentos.

**Palavras-chave:** Imunidade parlamentar. Alimentos. Prisão Civil.

# AS DIFICULDADES ENCONTRADAS NA DESINTERNAÇÃO E REINSERÇÃO PSICOSSOCIAL DOS PACIENTES DO HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO (HCTP) DE FLORIANÓPOLIS/SC

ACADÊMICA: *Cleimar Cardoso e Castro (clei.cardoso@gmail.com)*

ORIENTADORA: *ANDRÉIA CATINE COSME*

EXAMINADORA: *Gisele Rodrigues Martins Goedert*

EXAMINADORA: *Dagliê Colaço*

**Resumo:** A presente pesquisa tem como objetivo verificar as principais dificuldades no processo de desinternação e reinserção psicossocial dos pacientes custodiados no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Florianópolis/SC (HCTP-SC), sob a perspectiva dos profissionais de saúde da instituição. Para tanto, a pesquisa utiliza do método de procedimento monográfico, de natureza exploratória, qualitativa, com método de abordagem indutivo. A presente pesquisa também é caracterizada como um estudo de caso, sendo necessário a utilização de um questionário eletrônico. Para chegar à resposta do questionamento, primeiramente é apresentado o contexto histórico da loucura no ocidente, bem como marcos do nascimento das prisões e instituições manicomiais. Também se fez necessária uma explanação acerca dos aspectos referentes a medida de segurança no ordenamento jurídico brasileiro, bem como as políticas públicas de atenção psicossocial às pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei. Por fim, é apresentado uma breve incursão acerca da estrutura do HCTP-SC, assim como os aspectos éticos e estruturais do questionário aplicado aos profissionais de saúde da unidade. A conclusão alcançada com a presente pesquisa revela a necessidade de ampliar o acesso às políticas públicas de atenção à saúde mental, bem como fortalecer os vínculos familiares dos pacientes, com o intuito de mitigar o caráter institucional do cumprimento da medida de segurança.

**Palavras-chave:** Desinternação. Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Medida de segurança. Reinserção psicossocial.

# A DISSEMINAÇÃO DA PROPOSTA DE LEI DO ESCOLA SEM PARTIDO NO BRASIL: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DE SUA INCONSTITUCIONALIDADE

ACADÊMICA: *Dafne de Andrade Nogueira (dafne.andradenogueira@gmail.com)*

ORIENTADOR: *ANDRÉIA DA SILVA DALTOÉ*

EXAMINADORA: *Camila Damasceno de Andrade*

EXAMINADOR: *Vilson Leonel*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar se, após ter perdido força jurídica por conta das decisões do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5537, a proposta de lei do Escola Sem Partido acaba por ser paralisada, ou se seu ideário continua reverberando em outras práticas sociais. A natureza da pesquisa, quanto ao nível, é exploratória. Já quanto à abordagem, a pesquisa é qualitativa. O procedimento utilizado para a coleta de dados foi bibliográfico e documental. Quanto ao corpus estudado, foram tomados como material de análise dois acontecimentos políticos recentes: os projetos de lei que criminalizam os movimentos sociais e o projeto de lei que criminaliza o comunismo. Realizado o estudo, restou analisado que o ideário da proposta de lei do Escola Sem Partido continua sendo proposto, apesar da decisão do STF de suspensão da lei e de sua declaração de inconstitucionalidade, nos projetos de lei que criminalizam os movimentos sociais e no projeto de lei que criminaliza a apologia ao comunismo. Dessa maneira, o discurso da proposta de lei do Escola Sem Partido é repercutido em outras formas que, assim como aquela, violam a Constituição Federal de 1988, especificamente quanto aos dispositivos constitucionais do pluralismo político e dos direitos fundamentais de liberdades de expressão, de convicção filosófica ou política e de reunião.

**Palavras-chave:** Educação. Escola Sem Partido. Ideário. Constitucionalidade. Criminalização.

# ANÁLISE ACERCA DA AUTOINSEMINAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ACADÊMICA: Daniela Izempon da Silva ([danielaizempon@hotmail.com](mailto:danielaizempon@hotmail.com))

ORIENTADORA: ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES

EXAMINADORA: Madilini Mariah Kulkamp Gurgacz

EXAMINADOR: Agenor de Lima Bento

**Resumo:** O presente trabalho de conclusão de curso tem por finalidade analisar a prática da autoinseminação à luz do ordenamento jurídico brasileiro. Nessa pesquisa, pretende-se demonstrar algumas características da nova técnica que vem sendo empregada por muitos adeptos. Primeiramente, discorreu-se acerca da filiação, trazendo conceitos sobre a filiação biológica, civil e socioafetiva. Na sequência, tratou-se de alguns princípios relacionados ao tema proposto, como o princípio da dignidade da pessoa humana, do livre planejamento familiar, da autonomia da vontade, da paternidade responsável e do melhor interesse da criança e do adolescente. Após, fez-se uma abordagem das principais técnicas de reprodução humana assistida, como a inseminação artificial, a reprodução humana homóloga e heteróloga e a fertilização in vitro. Ainda, discorreu-se sobre a gestação de substituição, a coparentalidade, a monoparentalidade programada e a inseminação artificial caseira. Destacou-se aspectos da bioética e do biodireito, bem como do direito ao anonimato e ao conhecimento da origem genética. Ao adentrar ao tema objeto deste trabalho, falou-se acerca da motivação pela procura da inseminação artificial caseira, enfatizando o uso das páginas de mídia social, e destacando o procedimento e riscos, além da ausência de regulamentação legal. Ainda, teceu-se comentários acerca da Resolução nº. 2.168/2017 do Conselho Federal de Medicina, a da validade dos ajustes realizados entre doadores e receptoras, pontuando-se a responsabilidade do doador e o registro dos filhos gerados pela autoinseminação, além de casos práticos. Quanto à metodologia, este estudo pauta-se na pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e qualitativo. Por fim, encerra-se a investigação demonstrando a necessidade de regulamentação no ordenamento jurídico brasileiro sobre a autoinseminação, devido a extensão de conflitos que o método abrange.

**Palavras-chave:** Reprodução Humana. Autoinseminação.

# A (IM)POSSIBILIDADE DE ADOÇÃO POR PADRINHOS E MADRINHAS AFETIVOS: UMA ANÁLISE À LUZ DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ACADÊMICA: *Eduarda Raupp Schutz (dudaraupp97@gmail.com)*

ORIENTADORA: *VANESSA DE ASSIS MARTINS*

EXAMINADOR: *Ana Carla Ferreira Marques*

EXAMINADOR: *Heitor Wensing Júnior*

**Resumo:** O presente trabalho visa estudar o instituto do apadrinhamento afetivo no ordenamento jurídico brasileiro, inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente por meio da Lei n. 13.509, de 22 de novembro de 2017. Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, demonstrou-se os aspectos gerais do direito da criança e do adolescente, como o princípio do melhor interesse, a convivência familiar e comunitária, o acolhimento institucional e acolhimento familiar, a colocação em família substituta, mediante guarda, tutela e adoção, e a destituição e suspensão do poder familiar. Na segunda parte, aprofundou-se no instituto da adoção. Por fim, no terceiro capítulo, foi apresentado o instituto do apadrinhamento afetivo, analisando-se a possibilidade, ou não, de adoção por padrinhos/madrinhas afetivos. A metodologia utilizada foi, no tocante ao método de abordagem, a indutiva; quanto ao método de procedimento, a monográfica; relativamente ao procedimento de coleta de dados, a bibliográfica e a documental. O tipo de pesquisa empregado, quanto à abordagem, foi o qualitativo. A pesquisa, outrossim, foi do tipo teórica e do tipo prescritiva. Por meio deste estudo, concluiu-se que a proibição dos pretendentes inscritos no cadastro de adoção de serem padrinhos/madrinhas afetivos pode ser mitigada, para se permitir a adoção por eles, especificadamente quando inexistir pretendente habilitado à adoção dentro do perfil do infante apadrinhado, sob o enfoque do melhor interesse da criança e do adolescente.

**Palavras-chave:** Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; Convivência familiar e comunitária; Adoção; Apadrinhamento afetivo.

# LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO DIREITO: ESTADO DA ARTE NO BRASIL

ACADÊMICO: *Ézio Oliveira Júnior (oeziojr@gmail.com)*

ORIENTADOR: *VILSON LEONEL, MSC*

EXAMINADORA: *Camila Damasceno de Andrade*

EXAMINADOR: *Michel Medeiros Nunes*

**Resumo:** O trabalho objetiva analisar o estado da arte da aplicação de soluções baseadas em Inteligência Artificial ao Direito no Brasil. A metodologia utilizada, foi a pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa. Em relação à coleta de dados, este trabalho classifica-se como bibliográfico e documental, valendo-se de publicações em livros, leis, artigos científicos, teses, dissertações, matérias de jornal etc. Também foi realizado um levantamento por meio eletrônico com 445 operadores de direito que atuam no setor privado. A partir da análise dos dados foi identificada a existência de relevantes possibilidades nos setores público e privado, tais como a análise preditiva de decisões e a sugestão automática de minuta de sentenças, além de projetos de grande envergadura, em desenvolvimento, tudo no sentido de aumentar celeridade, a assertividade e a produtividade, na prestação jurisdicional. Mas são identificados ainda limites de caráter Ético-filosófico, como o risco de viés do algoritmo, e outros de perfil técnico, como a dificuldade de auditoria dos sistemas, requerendo algum esforço para serem superados. Também se identificou a necessidade do estabelecimento de um marco legal. Tem-se, então, estabelecido, no meio jurídico, brasileiro, um ambiente em alta frequência de movimentação, fruto do que traz a transformação digital, em termos de possibilidade de se proporcionar às pessoas, considerada uma abordagem sociológica, melhores condições de acesso à justiça, através de uma prestação jurisdicional mais assertiva, rápida e barata. A superação dos limites deve ser apenas uma questão de tempo, uma vez que as condições para tal parecem estar estabelecidas.

**Palavras chave:** Inteligência Artificial (IA). Direito. Brasil.

# POSICIONAMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA EM JULGAMENTOS DE CASOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA POR INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA

ACADÊMICO: *Fabício Faustina da Rosa (fabriciofaustinarosa@gmail.com.br)*

ORIENTADOR: *CRISTIANO DE SOUZA SELIG*

EXAMINADORA: *Terezinha Damian Antonio*

EXAMINADOR: *Mario Luiz da Silva*

**Resumo:** Analisar o perfil dos casos de improbidade administrativa, por inobservância do Princípio da Eficiência, julgados pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina no período dos anos de 2015 a 2020. A partir do tema escolhido: Inobservância do Princípio da Eficiência como ato de improbidade administrativa, a presente pesquisa foi delimitada em um foro judicial, no caso o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, depois foram escolhidos os descritores da pesquisa jurisprudencial: "improbidade administrativa" e "Princípio da Eficiência", e a seguir, foram selecionados apenas acórdãos, e estabelecido o período temporal da pesquisa que são os anos 2015 até 2020. Quanto ao nível, a pesquisa é exploratória, visto que é a mais adequada para sua execução na busca do conhecimento pretendido. Quanto à abordagem, esta é necessariamente qualitativa, pois, tratando-se de apenas quatro acórdãos selecionados a partir do filtro estabelecido, a pesquisa desenvolveu uma análise da argumentação e dos discursos apresentados nos quatro acórdãos. Sobre o procedimento de coleta de dados, é adotado o bibliográfico e o documental. É possível ocorrer a improbidade administrativa apenas por inobservância dos princípios da administração pública, não exigindo-se a presença concomitante do enriquecimento ilícito ou prejuízo ao erário público. Nos acórdãos pesquisados junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, segue-se a posição jurisprudencial pacificada e a doutrinária atualizada sobre tema. Dos quatro acórdãos apenas um foi totalmente provido, dois foram parcialmente providos, e, ajustadas as respectivas condenações de primeiro grau em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, e um foi totalmente improvido, mantendo-se na íntegra a sentença do juízo a quo. É necessária a presença do dolo genérico ao menos, como elemento subjetivo para caracterizar o ato de improbidade administrativa. Esta é a posição do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em consonância com a jurisprudência superior e a doutrina especializada. O Judiciário vem exercendo forte jurisdição na defesa do patrimônio público e dos princípios da administração, em cumprimento à Lei nº 8.429/1992. O Ministério Público Estadual cumpre a função constitucional de fiscal da lei e protetor do erário público. A Lei nº 8.429/1992 não nasceu para punir o agente público inábil que cometa erro não intencional, mas, para combater o corrupto, o ardiloso, aquele com premeditada má-fé, no intuito de enriquecer-se ilicitamente, causar dano aos cofres públicos ou violar os princípios da administração pública. Respeitar o Princípio da Eficiência é fazer mais pelo menor custo, sem deixar de observar todos os demais princípios.

**Palavras-chave:** Eficiência. Improbidade. Administração.



# OS ENTENDIMENTOS DAS DECISÕES DE INDENIZAÇÃO POR DANO ESTÉTICO: ANÁLISE DAS SENTENÇAS DE DANO ESTÉTICO DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DE FLORIANÓPOLIS

ACADÊMICA: Gabriela De Moraes Maximo ([gabrielamoraesmaximo@gmail.com](mailto:gabrielamoraesmaximo@gmail.com))

ORIENTADORA: PROF. ESP. DAGLIÉ COLAÇO

EXAMINADORA: Prof. Esp. Patrícia R. Menezes Castagna

EXAMINADORA: Prof. Msc. Gisele R. Martins

**Resumo:** O presente trabalho buscou constatar quais são os entendimentos que servem de embasamento nas sentenças de indenização por dano estético, partindo da premissa que a Responsabilidade Civil, como matéria autônoma do Direito Cível, encontra-se em constante atualização e mudança. Com isso, tem-se como objetivos: i) conceitualizar a Responsabilidade Civil e apresentar suas principais características; ii) estudar e diferenciar o Dano Estético, bem como entender os critérios legais que auxiliam os Magistrados; iii) observar decisões de Tribunais de Justiça Brasileiros e, em especial, de Santa Catarina, e por fim analisar e destacar os principais fundamentos em sentenças cíveis da Comarca da Capital/Florianópolis. Para isso, fez-se o uso de um método de abordagem dedutivo qualitativo, com técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Chegou-se à conclusão de que a fácil visibilidade e a durabilidade do dano são essenciais para a possibilidade de indenização, e que para a sua valoração são observados a extensão do dano, a culpabilidade do ofensor e o porte econômico das partes, aplicando-se o princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Direito Civil. Dano Estético. Indenização.

# A PSICOPATIA ANTE O DIREITO PENAL: A (IN) EFICIÊNCIA DA APLICAÇÃO DA PENA AO PSICOPATA

ACADÊMICA: Gabriela Ribeiro (*gabriela.ribeiro1096@gmail.com*)

ORIENTADOR: ELIANA BECKER

EXAMINADOR: Hercílio Emerich Lentz

EXAMINADOR: Patrícia Santos

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo examinar o enquadramento do criminoso psicopata no ordenamento jurídico penal brasileiro. Trata-se de tema relevante para o meio jurídico, pois a discussão é grande tanto em relação ao enquadramento, quanto a uma forma de punição eficaz para os psicopatas. Assim, com aplicação do método dedutivo, pois abordará o conceito de psicopatia e partirá para a aplicabilidade da lei, com o intuito de apresentar qual a pena mais adequada ao psicopata, o trabalho foi dividido em três capítulos de desenvolvimento. Iniciando com o estudo abordando o conceito de psicopata, as características dos indivíduos acometidos por esse transtorno de personalidade e os institutos dentro da teoria do crime pertinentes ao tema. Na sequência abordar-se-á a teoria do crime, detalhando seus elementos fundamentais, destacando a culpabilidade, a imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade. E no último capítulo de desenvolvimento serão trazidas a capacidade de culpabilidade dos Psicopatas, apontando a divergência existente na doutrina quanto sua classificação entre imputáveis ou semi-imputáveis, a forma como se dá o cumprimento da pena de um apenado psicopata, bem como as diferenças entre a aplicação de medida de segurança e de interdição civil aos criminosos psicopatas e eventuais soluções.

**Palavras-chave:** Psicopatia. Direito Penal. Culpabilidade.

# GESTÃO AMBIENTAL DOS RECURSOS HÍDRICOS E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL DOS EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS NO BRASIL: UM ESTUDO NORMATIVO

ACADÊMICO: *Gustavo Schlemper Wolf (guschlemper@gmail.com)*

ORIENTADOR: *SOLANGE BUCHELE DE S.TIAGO*

EXAMINADOR: *Wânio Wiggers*

EXAMINADOR: *Diogo Nicolau Pitsica*

**Resumo:** O objetivo do presente trabalho é investigar, por meio de um estudo histórico-normativo, o estado da arte da legislação aplicável ao processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos no Brasil. Para tanto, utiliza-se o método de procedimento monográfico, com tipo de abordagem dedutiva e técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Recorre-se a conceitos da doutrina, consulta à legislação e artigos científicos relativos ao assunto. Inicialmente, apresentam-se as noções gerais acerca da água, sua importância vital e seus usos no mundo, bem como o alerta para a situação da crise hídrica instaurada. A partir disso, passa-se ao estudo da governança das águas doces pela ótica do Direito das Águas, cuja construção fluiu do Direito Internacional para o direito interno diversos países, dentre eles o Brasil. Após, analisa-se o histórico da gestão dos recursos hídricos no Brasil, percebendo os interesses que orientaram essa construção legislativa, passando pelo marco da Constituição Federal de 1988 até a edição da Política Nacional de Recursos Hídricos. Por fim, é feito um estudo acerca do uso dos recursos hídricos para geração de energia, abordando a legislação aplicável ao setor no País, com foco no licenciamento ambiental dos empreendimentos hidrelétricos, dados os impactos ambientais causados pela sua construção e instalação. Dessa forma, observa-se a existência de um arcabouço legal sólido que disciplina a matéria no Brasil, com a previsão de instrumentos capazes de mitigar os impactos ambientais típicos dessa espécie de empreendimento, no entanto percebe-se certa falta de rigor do Poder Público na aplicação dessas disposições no momento de concessão das licenças ambientais e sua fiscalização.

**Palavras-chave:** Recursos Hídricos. Direito das Águas. Hidroeletricidade. Licenciamento Ambiental.

# O ACESSO À SAÚDE E A DIMINUIÇÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE POR MEIO DA MEDIAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DA (IM)POSSIBILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA “SUS MEDIADO” NO ESTADO DE SANTA CATARINA

ACADÊMICA: *Isabele Silveira Zanelatto (isabelezanelatto2@gmail.com)*

ORIENTADORA: *VANESSA DE ASSIS MARTINS*

EXAMINADOR: *Alex Sandro Sommariva*

EXAMINADOR: *Silvio Gama Farias*

**Resumo:** O presente trabalho visa analisar a possibilidade da implementação do Programa SUS Mediado no Estado de Santa Catarina como mecanismo de facilitação ao acesso à saúde por meio da mediação e, conseqüentemente, de diminuição dos casos de judicialização dessa política pública. O objetivo é, por meio da análise do Programa SUS Mediado, estudar a mediação como método alternativo à judicialização excessiva dos serviços de saúde e como possibilidade para a garantia do direito à saúde e a efetivação do acesso à saúde de forma gratuita, universal e desburocratizada a toda a população. Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro capítulo está destinado à análise do direito à saúde à luz da Constituição Federal de 1988 e do acesso à saúde. O segundo, trata da judicialização das políticas de saúde pública. Finalmente, no terceiro, faz-se uma avaliação da mediação como método alternativo às demandas de saúde, fazendo-se uma análise acerca do Programa SUS Mediado. A metodologia utilizada foi, no tocante ao método de abordagem, a indutiva; quanto ao método de procedimento, a monográfica; relativamente ao procedimento de coleta de dados, a bibliográfica e a documental. O tipo de pesquisa empregado, quanto à abordagem, foi o qualitativo. A pesquisa, outrossim, foi do tipo teórica e do tipo prescritiva. Por meio dos dados apresentados durante a monografia, verificou-se que a atividade do Programa SUS Mediado diminuiu os casos de judicialização em até 90% (noventa por cento) nos Estados em que foi implementado. Assim, neste trabalho, concluiu-se que a implementação do Programa SUS Mediado no Estado de Santa Catarina poderia ser efetiva para a diminuição da judicialização excessiva dos serviços de saúde, para a garantia do direito à saúde, e como método facilitador do acesso à saúde ao cidadão.

**Palavras-chave:** SUS Mediado; judicialização da saúde; acesso à saúde.

# PERDOAR OU PUNIR: COMPARATIVO ENTRE AS DECISÕES PROFERIDAS PELAS SUPREMAS CORTES BRASILEIRA E ARGENTINA ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS DE AUTOANISTIA

ACADÊMICO: João Gustavo Zomer da Silva (joaozomer@outlook.com)

ORIENTADORA: CAMILA DAMASCENO DE ANDRADE

EXAMINADORA: Andréia da Silva Daltoé

EXAMINADOR: Wilson Leonel

**Resumo:** O escopo do presente trabalho é analisar as diferenças entre os posicionamentos do Supremo Tribunal Federal brasileiro (STF) e da Corte Suprema de Justiça da Nação argentina (CSJN) no que diz respeito à (in)constitucionalidade das leis de autoanistia. A natureza da pesquisa, quanto ao nível, é descritiva e, no que se refere à abordagem, é qualitativa, tendo como ponto de apoio a Análise de Discurso de linha francesa desenvolvida por Michel Pêcheux. Quanto ao procedimento utilizado para a coleta de dados, a pesquisa é documental e bibliográfica. Quanto ao resultado, foi possível verificar que o discurso da maioria dos ministros do STF, quando do julgamento da ADPF nº 153/DF, filiou-se ao discurso institucional do Estado brasileiro, o qual tenta promover o simples esquecimento dos crimes contra a humanidade praticados no advento da ditadura militar. Por outro lado, o discurso da ampla maioria dos membros da CSJN foi pautado na defesa integral dos direitos humanos próprios de grupos de resistência do regime de exceção argentino. Conclui-se, portanto, que os discursos emanados por cada uma das Supremas Cortes estão intimamente interligados com o contexto histórico-ideológico de seus respectivos países.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso. Anistia. Argentina. Brasil. Ditadura e ditadores.

# ANÁLISE COMPARATIVA DA LEI BRASILEIRA E DA LEI DA UNIÃO EUROPEIA DE RESPONSABILIZAÇÃO DE AUTOR E PLATAFORMA POR DANOS AUTORAIS A TERCEIROS DECORRENTES DE PUBLICAÇÕES DIGITAIS

ACADÊMICO: *João Vitor Pertille Destro (joao\_vitorpertilledestro@hotmail.com)*

ORIENTADOR: *AGENOR DE LIMA BENTO*

EXAMINADOR: *José Paulo Bittencourt Júnior*

EXAMINADOR: *Erivelton Alexandre Mendonça Fileti*

**Resumo:** O principal objetivo da presente monografia se resume em analisar as legislações brasileiras e europeias a fim de verificar quais são as responsabilidades conferentes à plataformas e autores de publicação a respeito de danos autorais causados a terceiros. Para tal análise, utilizar-se-á de abordagem qualitativa, nível de pesquisa exploratório e para coleta de dados os procedimentos bibliográfico e documental, tendo em vista que a análise tomará por base livros, artigos e documentos oficiais, parlamentares e jurídicos. Nestes termos, verificou-se que em meios digitais, as plataformas de compartilhamento tem responsabilidades diferentes em ambas as regiões pesquisadas, sendo no Brasil necessário o não atendimento de uma notificação judicial para se configurar a responsabilidade destas e, na Europa, que tais plataformas de compartilhamento comprovem o atendimento a certos requisitos para a não configuração da responsabilidade destas.

**Palavras-chave:** União Europeia. Brasil. Responsabilidade Civil. Direitos autorais.

# A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 137 DA LEI N. 8.112/1990: DEMISSÃO COM INCOMPATIBILIZAÇÃO PERMANENTE PARA O RETORNO AO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

ACADÊMICO: *João Victor Scheidt Stein (jvstein123123@gmail.com)*

ORIENTADOR: *JULIAN DE FREITAS SALVAN*

EXAMINADORA: *Patrícia Rodrigues De Menezes Castagna*

EXAMINADORA: *Patrícia Russi De Luca*

**Resumo:** O objetivo da presente monografia é investigar a (in)constitucionalidade da demissão com incompatibilização permanente para o retorno ao serviço público federal. No capítulo inaugural da fundamentação teórica, relacionam-se os aspectos essenciais para a compreensão do tema proposto, sendo o regime disciplinar dos servidores públicos, o processo administrativo disciplinar federal, a pena de demissão e a proibição permanente de retorno aos quadros funcionais da União. Em seguida, haja vista que o debate se dá em virtude da vedação de penalidades perpétuas (artigo 5º, inciso XLVII, alínea “b”, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), faz-se a apresentação dos princípios constitucionais orientadores do procedimento disciplinar federal e a exposição do entendimento dos estudiosos acerca da possibilidade de incidência das garantias de natureza penal no campo do direito administrativo disciplinar. Finalmente, noticia-se: a existência de precedente dos Tribunais Superiores no sentido de que é aplicável a todo o ordenamento jurídico a vedação constitucional; a propositura anterior de ação direta tratando da matéria, que aguarda julgamento, e; ainda, o posicionamento antagônico da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República frente à controvérsia. Conclui-se, objetivamente, que não é possível afirmar com certeza a inconstitucionalidade do parágrafo único do artigo 137 da Lei n. 8.112/1990, em razão de o Supremo Tribunal Federal nada ter decidido em sede de controle concentrado até então e da presença de embate teórico no seio da comunidade jurídica. Para chegar-se a tal entendimento, foram utilizados o método dedutivo, a abordagem qualitativa e as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Demissão com incompatibilização permanente. Vedação constitucional. (In) constitucionalidade.

# DEPOIMENTO SEM DANO: ANÁLISE SOBRE O PROCEDIMENTO UTILIZADO NA COMARCA DE TUBARÃO/SC

ACADÊMICA: *Julia Thomaz da Silva (juliathomaz003@gmail.com)*

ORIENTADOR: *MATEUS MEDEIROS NUNES*

EXAMINADOR: *Alex Sandro Sommariva*

EXAMINADOR: *Paulo da Silva Filho*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar os processos judiciais que tramitaram na 1ª Vara Criminal e 2ª Vara Criminal, da Comarca de Tubarão/SC, durante o período de janeiro de 2019 à janeiro de 2020, em que tratem sobre o estupro de vulnerável e verificar o procedimento utilizado no depoimento sem dano. Para tal fim, foi verificado a idade da vítima e como se deu sua inquirição, nos casos em que o depoimento sem dano tiver ocorrido, as gravações serão analisadas e verificadas as formas em que ocorreram, bem como, será realizada entrevista com o profissional responsável pela colheita do depoimento, com o fito de analisar se o procedimento utilizado no depoimento sem dano, na comarca de Tubarão/SC está sendo realizado em conformidade com a Lei nº 13.431, de 04 de abril de 2017. Para isso, adotaram-se os seguintes métodos de pesquisa: quanto à abordagem, foi classificada como quantitativa e qualitativa; quanto ao nível, a pesquisa foi exploratória; e, quanto ao procedimento adotado para coleta de dados, foi o bibliográfico, documental, e o estudo de caso, posto que efetuada entrevistas com responsável pela colheita do depoimento sem dano. Com o presente estudo, constatou-se, primeiramente dos processos criminais analisados, que as vítimas de estupro vulnerável possuem em sua maioria entre 6 e 14 anos (76%), a violência sexual ocorreu em 2019 (54%), não foram inquiridas (50%), foram ouvidas em sede policial por psicóloga especializada (54%). Para mais, averiguou-se que foram ouvidas pelo procedimento do depoimento sem dano (54%). Ademais, observou-se através da entrevista com a Psicóloga Forense capacitada para aplicação do Depoimento Especial na Comarca de Tubarão/SC que o depoimento sem dano está sendo realizada em um ambiente diverso da sala de audiência convencional e através do sistema de audiovisual integrado, sendo acompanhado simultaneamente pelo Juiz, Promotor de Justiça, acusado e seu advogado e está sendo respeitado o livre relato da vítima. Desse modo, concluiu-se que a efetividade do depoimento sem dano na Comarca de Tubarão/SC, que está sendo realizado em conformidade com a Lei n. 13.431, de 04 de abril de 2017.

**Palavras-chave:** Depoimento sem dano. Vítima. Estupro de Vulnerável.



# POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA ACCOUNTABILITY, PARA A REGULAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO FRENTE À NECESSIDADE DE ESTABELEECER PADRÕES ÉTICOS PARA ESSA TECNOLOGIA, NO BRASIL

ACADÊMICA: Juliana Fernandes Alves ([juferal@gmail.com](mailto:juferal@gmail.com))

ORIENTADOR: KEILA COMELLI ALBERTON

EXAMINADOR: Agenor de Lima Bento

EXAMINADOR: Heitor Wensing Júnior

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar as possíveis contribuições da *accountability*, para a regulação do uso de inteligência artificial pelo poder judiciário brasileiro, no que diz respeito ao estabelecimento de padrões éticos para essa tecnologia. O estudo se justifica pelo fato de as inovações tecnológicas passarem a fazer parte do cotidiano jurídico, com foco especial na utilização de Inteligência Artificial (IA) pelo poder judiciário, o que implica efeitos até então desconhecidos, sendo prudente considerar a *accountability* como meio eficaz na prestação de contas de tal atuação. Para o alcance desse objetivo, em relação à metodologia, utilizou-se uma básica estratégica, no que se refere à finalidade. No que diz respeito aos objetivos, classifica-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Quanto à coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. A partir da análise dos dados, verificou-se que a *accountability* é imprescindível, para a regulamentação do uso de aplicações baseadas em IA pelo poder judiciário brasileiro, sua influência deve ser considerada para a instituição de diretrizes éticas, no emprego dessa tecnologia no Brasil. Há consequências positivas de sua aplicação como a otimização na prestação jurisdicional, aumento em performance e acuracidade. No entanto, não devem ser esquecidos os riscos potenciais decorrentes dos vieses e obscuridades. Assim a *accountability* é fulcral para a diminuição dos efeitos negativos, por meio da prestação de contas, durante o ciclo de vida algorítmico e responsabilização dos envolvidos por eventuais danos.

**Palavras-chave:** *Accountability* e poder judiciário brasileiro. Inteligência Artificial. Ética e Tecnologia.

# A (IM)POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DAS ESCUSAS ABSOLUTÓRIAS FRENTE AOS CRIMES PATRIMONIAIS CONTRA A MULHER, NO AMBIENTE DOMÉSTICO E FAMILIAR

ACADÊMICA: *Juliana Ramos Campos (juliana-ramos@live.com)*

ORIENTADOR: *ALEX SANDRO SOMMARIVA*

EXAMINADOR: *Renan Cioff de Sant'ana*

EXAMINADOR: *Ronaldo da Silva Cruz*

**Resumo:** O presente trabalho tem o objetivo de analisar a aplicabilidade das escusas absolutórias com relação aos crimes patrimoniais contra a mulher, cometidos no âmbito doméstico e familiar. O Código Penal Brasileiro disciplina as escusas absolutórias, conforme se extrai de seu artigo 181. Estas hipóteses geram a isenção de pena de certas pessoas em razão da relação de parentesco existente entre agressor e vítima, sendo que tal previsão legal visava a preservação da harmonia familiar. Todavia, com o advento da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha – existe certo conflito aparente de normas no que tange à aplicação do benefício legal, uma vez que esta legislação prevê a violência patrimonial de forma expressa, por meio do artigo 7º, IV. Outrossim, o objetivo da referida lei é justamente de prevenir, punir e erradicar a violência doméstica e familiar contra a mulher. Inicia-se o trabalho abordando o que são crimes patrimoniais e a política criminal no tocante àqueles em que não se tem o emprego de violência ou grave ameaça, desvendando a gama de benefícios que são a estes tipos penais resguardados. Na sequência, passa-se a abordar as escusas absolutórias, tratando do contexto histórico que levou a sua criação, seu fundamento, conceito, natureza jurídica, as hipóteses de sua aplicação, bem como as exceções de aplicabilidade deste benefício. É possível conhecer o instituto jurídico a que se discute a aplicação. Também é feita uma abordagem a respeito da Lei Maria da Penha, tratando de sua origem, as formas de violência previstas, o que vem a ser o âmbito doméstico, familiar e a relação íntima de afeto, os sujeitos ativo e passivo da referida Lei, assim como seus beneficiários, fazendo breves digressões, também, acerca dos instrumentos que a Lei n. 11.340/2006 se vale no combate e prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher. O capítulo seguinte faz a junção das escusas absolutórias e a Lei Maria da Penha, tratando do problema central proposto e das abordagens que defendem a sua aplicação e inaplicação. As divergências doutrinárias são apresentadas, de forma que é possível conhecer claramente seus fundamentos. À vista disso, são alcançados os objetivos da pesquisa, que se sustentam na abordagem das escusas absolutórias, sua natureza jurídica e as hipóteses de sua incidência, abordando os crimes patrimoniais que recebem aplicação desta benesse. Além disso, no que tange à (im)possibilidade de aplicação das escusas absolutórias no contexto dos crimes patrimoniais contra a mulher, no ambiente doméstico e familiar, foi atingido com êxito o conhecimento das discussões jurídico-doutrinárias acerca dessa controvérsia, assim como os reflexos que cada tese gera no mundo jurídico.

**Palavras-chave:** Escusas absolutórias. Violência patrimonial. Lei Maria da Penha. Aplicabilidade. Inaplicabilidade.

# RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO E OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) PARA AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA.

ACADÊMICO: *Leandro Moraes Carrijo (lmcarrijo@gmail.com)*

ORIENTADOR: *JEFERSON PUEL*

EXAMINADOR: *Carla Fernanda Zanata*

EXAMINADOR: *Elvis Daniel Müller*

**Resumo:** O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo verificar a responsabilidade civil do Estado, especialmente com relação ao fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI) aos agentes de segurança pública. Para tanto adota-se como método de abordagem, o método dedutivo e utiliza-se como técnica de coleta de dados, a pesquisa bibliográfica junto a Leis, Normas, Diretrizes, Doutrina, Jurisprudência, Artigos Científicos e sites especializados na temática pertinente (Responsabilidade Civil do Estado, EPIs, Agentes de Segurança Pública). Ao longo do desenvolvimento do trabalho são abordadas a temática da responsabilidade civil do Estado e respectivas teorias, a importância do fornecimento, treinamento, fiscalização e manutenção de equipamentos de proteção individual para a segurança e saúde do trabalhador. Singularmente verifica-se a importância do fornecimento desses equipamentos aos profissionais de segurança pública. E, finalmente, a temática dos agentes de segurança pública, abordando seus conceitos, atribuições, riscos profissionais, além de exibir as recentes decisões judiciais sobre a responsabilidade civil do Estado e o fornecimento de EPIs aos agentes de segurança pública. Ainda que a legislação e os gestores públicos muitas vezes se omitam com relação a esta temática, a jurisprudência reconhece a responsabilidade do Estado ao deixar de fornecer (omissão) ou oferecer precariamente equipamentos de proteção individual aos agentes de segurança pública. Como resultado da presente pesquisa demonstra-se a necessidade de medidas concretas que visem proteger a vida, saúde e dignidade dos profissionais de segurança pública, especialmente no que diz respeito ao fornecimento de EPIs, para que estes trabalhadores possam prestar à sociedade um serviço mais eficiente e condizente com os direitos humanos e princípios constitucionais da República Federativa do Brasil.

**Palavras-chave:** Responsabilidade civil do Estado. Equipamentos de proteção individual. Agentes de segurança pública.

# A EXPOSIÇÃO EXCESSIVA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES REALIZADA PELOS PAIS NAS MÍDIAS SOCIAIS (*SHARENTING*) E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

ACADÊMICA: Leticia Hemkemaier Duarte ([leticia\\_hemkemaier@hotmail.com](mailto:leticia_hemkemaier@hotmail.com), [duarte.leticia@unisul.br](mailto:duarte.leticia@unisul.br))

ORIENTADOR: DAGLIÊ COLAÇO

EXAMINADOR 1: Gisele R. Martins Goedert

EXAMINADOR 2: Patricia R. Menezes Castagna

**Resumo:** Este trabalho de conclusão de curso destina-se a investigação do *sharenting* e a violação dos direitos de personalidade decorrente dessa prática realizada pelos pais. Juntamente com o crescimento das redes sociais, houve o crescimento dos compartilhamentos, e com isso os pais começaram a postar fotos, vídeos e publicações com detalhes da vida dos filhos. Essa exposição massiva por parte dos pais, acaba por violar o instituto dos direitos da personalidade dos menores. Com abordagem dedutiva e qualitativa, tem o estudo como objetivo a análise sobre quais são os perigos dessa prática de violação aos direitos de personalidade. Sendo assim a pesquisa explica sobre os direitos de personalidade, bem como a responsabilidade parental dos pais com os filhos atrelados ao princípio do melhor interesse do menor. E por fim realiza uma análise sobre a prática do *sharenting* e da exposição da criança e adolescente frente as mídias sociais, mencionando casos concretos que necessitaram de intervenção estatal para que os direitos do menor fossem respeitados. Como conclusão, verifica-se que é necessário que se tenha um equilíbrio em relação a prática, uma vez que crianças e adolescentes são detentoras de direitos e que não podem tê-los feridos por práticas como o *sharenting*.

**Palavras chaves:** *sharenting*. Poder familiar. Direitos de personalidade.

# O DIREITO AO NOME PARA O NATIMORTO: UMA ANÁLISE COM ENFOQUE NA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E NOS DIREITOS DE PERSONALIDADE

ACADÊMICA: *Lisiane Bortolin Valga Messaggi (lisemessaggi@gmail.com)*

ORIENTADORA: ANA CARLA FERREIRA MARQUES

EXAMINADOR: *Agenor de Lima Bento*

EXAMINADORA: *Roberta dos Santos Rodrigues*

**Resumo:** O presente estudo tem por fim analisar a possibilidade da atribuição de nome ao natimorto, em assentos dessa natureza, registrados no Livro C Auxiliar dos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais. Para alcançar a finalidade exposta, foi realizado um estudo de método dedutivo, com pesquisa bibliográfica, doutrinária e jurisprudencial. O nível de pesquisa realizado foi exploratório. Verificou-se que, até o ano de 2012, prevalecia intensa resistência para o registro de nome ao natimorto, inclusive com algumas decisões de tribunais não aceitando tal elemento no registro, diante da ausência de previsão na Lei de Registros Públicos (Lei n. 6.015/73). No âmbito jurisprudencial e das normas das corregerias do país, verificou-se uma uniformidade de evolução de entendimento, no sentido de, paulatinamente, autorizar-se a inserção do nome no registro de natimorto para aquele que teve vida, ainda que breve, com fundamento no direito de personalidade e no princípio da dignidade da pessoa humana. Nessa perspectiva, existem alguns projetos de lei que pretendem alterar a redação do artigo 53 da Lei 6.015/73, para corrigir a omissão em relação à possibilidade de registro do nome ao natimorto.

**Palavras-chave:** Nome. Natimorto. Dignidade. Personalidade civil.

# A TEORIA DA CARGA DINÂMICA DA PROVA E A IMPUTAÇÃO DO ÔNUS DE PRODUZIR A PROVA NEGATIVA

ACADÊMICO: *Lucas de Brito Góes (bgoes.lucas@gmail.com)*

ORIENTADOR: *JEFERSON PUEL*

EXAMINADOR: *Hercílio Emerich Lentz*

EXAMINADOR: *Eliane Luiz Espíndola de Souza*

**Resumo:** A presente monografia tem como objetivo expor as hipóteses de aplicabilidade da distribuição dinâmica do ônus probatório, de modo a imputar a parte à produção de prova de fato negativo. É utilizado o método dedutivo, a partir de proposições genéricas para alcançar a específica, amparando-se na legislação, doutrina e jurisprudência. Através do estudo da prova, percebe-se que é um instrumento fundamental para a atividade jurisdicional, sendo uma obrigação e uma prerrogativa. Com a demonstração a respeito da prova, ver-se-á o ônus de produzi-la, admitindo-se a distribuição estática e dinâmica, considerando-se a capacidade das partes em produzir a prova. O papel do juiz é relevante no sentido de que distribuirá os encargos probatórios, de forma que seja mais benéfica às partes e ao andamento do processo, respeitando o contraditório e ampla defesa. Além disso, o juiz tem a prerrogativa de valorar as provas produzidas pelas partes, para que seja proferida sentença que com a base fática construída. Fatos negativos também são objeto de prova, dividindo-se em relativos e absolutos, sendo os absolutos insuscetíveis de prova por não estarem definidos no espaço/tempo. Desta forma, como resultado da presente pesquisa, verifica-se que a aplicação distribuição dinâmica do ônus probatório encontra limite na imputação do ônus de produzir prova negativa absoluta, considerando sua natureza indefinida, de forma que a dinamização apenas admitida para fatos negativos de natureza relativa.

**Palavras-chave:** Distribuição dinâmica. Prova negativa. Ônus da prova.

# O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL COMO POSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO EM MATÉRIA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA À LUZ DA LEI N. 13.964/19 – LEI ANTICRIME.

ACADÊMICA: *Luciara Vanderlinde Canadas (luciaracanadas@gmail.com)*

ORIENTADORA: *DAGLIÊ COLAÇO*

EXAMINADORA: *Patrícia Rodrigues de Menezes Castagna*

EXAMINADORA: *Patrícia Ribeiro Mombach*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem como objetivo a pesquisa sobre o acordo de não persecução cível como possibilidade de autocomposição em matéria de improbidade administrativa à luz da lei n. 13.964/19 – Lei Anticrime. O método de abordagem utilizado é o dedutivo, a natureza da pesquisa trata-se de qualitativa e o procedimento escolhido é o monográfico. Ainda atrelado à questão metodológica, são utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial. A lei anticrime promulgada em dezembro de 2019 realizou mudanças substanciais na Lei de Improbidade Administrativa, tal qual à autorização da autocomposição, que denominou de “acordo de não persecução cível”. Ponto significativo acerca do estudo é a verificação, se o novel dispositivo acordo de não persecução cível, soluciona as divergências acerca da autocomposição em matéria de improbidade administrativa. Para isso, o trabalho demonstra que o acordo de não persecução cível se apresenta como possibilidade viável e segura de autocomposição em matéria de improbidade administrativa. Entretanto, deve ser aplicado com cautela ante as circunstâncias do caso concreto, visto que indubitável é a preservação do interesse público, não podendo a celeridade ser um fim em si mesmo e absoluto.

**Palavras-chave:** Improbidade Administrativa. Lei Anticrime. Autocomposição. Acordo de não persecução cível.

# ANÁLISE DAS DECISÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SOBRE OS ALIMENTOS AVOENGOS

ACADÊMICA: Lucy Bittencourt Larroyd (lucylarroyd@outlook.com)

ORIENTADOR: TEREZINHA DAMIAN ANTÔNIO

EXAMINADOR: Francisco Luiz Goulart Lazendorf

EXAMINADOR: José Paulo Bittencourt Junior

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar as decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) acerca da possibilidade de responsabilização dos avós pela obrigação alimentar devida aos netos, entre maio de 2018 até maio de 2020. Em relação à metodologia, trata-se de um estudo de caso do tipo exploratório. Quanto à abordagem, classifica-se como uma pesquisa qualitativa. No que se refere ao procedimento para coleta de dados, foram empregadas a pesquisa documental e bibliográfica. Foi realizada uma busca no sítio desse tribunal, usando os termos: “alimentos avoengos”, “alimentos”, “avós”. O que resultou em 325 decisões e excluídas aquelas que não tratavam do tema desta pesquisa, como também outras impossíveis de apreciação do mérito por conta de questões processuais. A seleção das decisões, para posterior análise, seguiu alguns critérios, tais como: tipo de peça processual, juízo, argumentos utilizados pelos magistrados, base legal, condições de procedência ou improcedência do pedido e outros critérios como, por exemplo, a contemporaneidade das decisões. À vista disso, fizeram parte do *corpus* 10 (dez) decisões do TJRS. A verba alimentar compreende o imprescindível à vida humana. Para tanto, a obrigação alimentar cabe, originariamente, aos genitores, como consequência do exercício do poder familiar. Todavia, quando os genitores restarem impossibilitados de assumir o encargo alimentar, os parentes mais próximos podem assumi-lo. Nesse sentido, os primeiros a serem chamados para arcar com a prestação devida são os avós, sendo os denominados alimentos avoengos. Esse tipo de verba alimentar decorre do princípio da solidariedade familiar e possui caráter complementar e subsidiário, isto é, apenas quando esgotadas todas as possibilidades de cobrança dos genitores é que poderá ser fixado. A partir da análise das decisões, verificou-se a efetiva aplicação da Súmula nº 596 do Superior Tribunal de Justiça, assim como do Enunciado nº 44 do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, os quais aduzem que a obrigação alimentar avoenga tem natureza complementar e subsidiária, configurando-se somente na impossibilidade total ou parcial de cumprimento pelos genitores. Das 10 (dez) decisões analisadas, apenas 02 (duas) fixaram a verba alimentar avoenga.

**Palavras-chave:** Alimentos avoengos. Natureza complementar e subsidiária. Decisões do TJRS.



# HERANÇA DIGITAL: UMA NOVA REALIDADE NO DIREITO SUCESSÓRIO

ACADÊMICA: *Mayara de Aguiar Rozeng (mayara.rozeng@gmail.com)*

ORIENTADORA: *ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

EXAMINADORA: *Ana Carla Ferreira Marques*

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar a aplicabilidade das regras do Direito Sucessório em relação ao patrimônio exclusivamente digital. Iniciou-se falando do Direito das Sucessões no ordenamento jurídico pátrio, destacando sua evolução histórica e tecendo considerações acerca da abertura da sucessão, ordem de vocação hereditária e espécies de sucessão. Na sequência, discorreu-se sobre o Direito Virtual no Brasil, destacando-se os princípios e direitos atinentes ao tema, como a dignidade da pessoa humana, a liberdade de expressão, a intimidade, a privacidade e a informação, bem como as legislações brasileiras existente sobre o Direito Virtual. Adentrou-se ao tema herança digital, fazendo considerações acerca do tema no Brasil e em alguns ordenamentos estrangeiros, além de falar das tecnologias de comunicação e mídias sociais, focando, ainda, nos direitos de personalidade e de privacidade do autor da herança. Observou-se a existência de Projetos de Lei que versam sobre herança digital, mecanismos pré-existentes e alguns casos concretos que discutiu-se o assunto. O estudo mostra-se pertinente em razão das diversas inovações tecnológicas que estão acontecendo de forma cada vez mais rápida, até porque o mundo virtual mudou a forma de viver de grande parte das pessoas, surgindo indagações no que toca à destinação do patrimônio virtual após a morte do seu titular.

**Palavras-chave:** Herança Digital. Patrimônio Virtual. Direito das Sucessões.

# OS REQUISITOS DA REPRODUÇÃO ARTIFICIAL NO BRASIL E OS ASPECTOS REGISTRALIS DO ASSENTO DE NASCIMENTO DO FILHO HAVIDO POR ESSA TÉCNICA DE REPRODUÇÃO

ACADÊMICA: *Maria Viviane Bez Birollo Poncio (vivibirolo@yahoo.com.br)*

ORIENTADORA: *ANA CARLA FERREIRA MARQUES*

EXAMINADORA: *Roberta dos Santos Rodrigues*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

**Resumo:** O presente trabalho tem como propósito a análise dos requisitos da reprodução artificial heteróloga no Brasil e os aspectos registraes do assento de nascimento do filho havido por essa técnica de reprodução. Cumpre destacar que, para a realização desta pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o modelo de investigação bibliográfico e documental, analisando-se a legislação aplicável e o entendimento doutrinário e jurisprudencial pertinentes. Nesse sentido, busca-se considerar os principais efeitos jurídicos da reprodução artificial heteróloga, no que tange à filiação, sob a ótica da doutrina e da jurisprudência pátrias. No primeiro momento, tratou-se da constitucionalização das famílias, com base na promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e na evolução histórica do Direito das Famílias. Discorreu-se, ainda, acerca dos conceitos das principais espécies de famílias existentes e os princípios norteadores das relações familiares. Acerca do conceito de filiação, realizou-se uma análise histórico-legal a respeito dos critérios determinantes e das principais características. Ademais, foram evidenciados os principais efeitos jurídicos do reconhecimento do vínculo paterno/materno biológico e socioafetivo, na seara registral e familiar. Igualmente, abordou-se o instituto da multiparentalidade para consubstanciar o duplo vínculo paterno/materno-filial. Por fim, apresentaram-se as possibilidades de concepção por meio das técnicas de reprodução artificial homóloga e heteróloga, nos casos de casais impossibilitados de gerar um filho de forma natural. Abordaram-se os requisitos fundamentais em relação à técnica de reprodução heteróloga no Brasil, além dos aspectos registraes acerca do assento de nascimento do filho havido por essa técnica de reprodução.

**Palavras-chave:** Direito. Reprodução Assistida. Reprodução Heteróloga. Planejamento Familiar. Registro de Assento de Nascimento.

# A RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO DENTISTA: UM ESTUDO DO DANO CAUSADO NAS CIRURGIAS DE HARMONIZAÇÃO OROFACIAL

ACADÊMICA: *Marina São Thiago Soares (marina.sts@hotmail.com)*

ORIENTADOR: *CARLA FERNANDA ZANATA*

EXAMINADOR: *Eliane Luiz Espíndola de Souza*

EXAMINADOR: *Patrícia Santos*

**Resumo:** Este trabalho de conclusão de curso possui como objetivo debater as questões relacionadas à possibilidade de insegurança jurídica gerada pela incerteza da caracterização da natureza obrigacional da responsabilidade civil do cirurgião-dentista nas Cirurgias de Harmonização Orofacial realizadas no Brasil, no período de 2019 até 2020. Desde o recente reconhecimento da Harmonização Orofacial como sendo uma especialidade da Odontologia, é flagrante a fragilidade da norma regulamentadora de tal atividade no Brasil, por possuir um vácuo no que concerne a caracterização de sua natureza obrigacional para responsabilização civil do profissional, gerando uma certa insegurança jurídica para o atendido, seja ele paciente ou cliente que busca pelo trabalho estético, com base na confiança de um trabalho médico-odontológico. Com abordagem monodisciplinar e dedutiva, o objetivo central do trabalho é verificar se há um certo grau de insegurança jurídica na entrega serviço fornecido pelo cirurgião dentista, qual seja, a cirurgia de harmonização orofacial, para o seu cliente/paciente, que se depreende da forma como é regulamentada a atividade como uma especialidade odontológica pelas Resoluções nº 198/2019 e nº 230/2020 combinadas e interpretadas em conjunto com a Constituição Federal, Código Civil e Código de Defesa do Consumidor, bem como da análise jurisprudencial e da produção acadêmica antecedente. A partir de Carlos Roberto Gonçalves, Silvio Venosa, Maria Helena Diniz e Wander Pereira, da análise de uma certa parte da produção acadêmica antecedente sobre o tema, e dos documentos que regulam o tema, surge a hipótese de que a insegurança jurídica que pode existir na realização de tais espécies de cirurgia, pode ser decorrente do fato de o tema ser recente, uma vez que a prática foi reconhecida como especialidade odontológica apenas em 2019, caracterizando pouco tempo para sua consolidação. Outra hipótese é a de que as legislações regulamentadoras do assunto não são tão claras no sentido de definir se a obrigação é de meio ou de resultado, ou quando é de meio e quando é de resultado, sendo possível realizar tal determinação apenas a partir de uma análise combinada das Resoluções nº 198/2019 e nº 230/2020, com a Constituição, normas infraconstitucionais presentes no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. Como conclusões percebe-se uma certa insegurança, gerada com origem na legislação vácuca acerca da atividade, sendo apenas possível chegar a uma caracterização da natureza obrigacional a partir de uma análise combinada entre diversos dispositivos, bem como, com o apoio da jurisprudência e do debate acadêmico.

**Palavras-chave:** Cirurgião-dentista. Responsabilidade Civil. Harmonização-Orofacial

# A INFLUÊNCIA DAS DISTORÇÕES DA MENTE NA PROVA TESTEMUNHAL EM VIRTUDE DAS FALSAS MEMÓRIAS

ACADÊMICA: Pricila Hentges ([prichentges@hotmail.com](mailto:prichentges@hotmail.com))

ORIENTADOR: HEITOR WENSING JÚNIOR

EXAMINADOR: Paulo da Silva Filho

EXAMINADOR: Mario Luiz da Silva

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar a questão das falsas memórias e os fatores que geram esse fenômeno, bem como a apresentação de medidas que visam dar maior grau de confiabilidade à prova testemunhal no âmbito do direito processual penal, analisando a maneira como a doutrina e a própria legislação enfrentam a problemática. **MÉTODO:** Trata-se de pesquisa exploratória e de abordagem qualitativa; quanto ao procedimento, classificada como uma coleta de dados bibliográfica e documental, baseada em estudos de doutrinas, artigos científicos e da própria legislação, principalmente o Código de Processo Penal. **RESULTADOS:** Durante a realização do estudo, constatou-se que a memória é frágil, podendo sofrer influência de diversos fatores internos (estados de ânimo, emoções, nível de alerta, ansiedade e estresse) e externos (mídia, transcurso do tempo e método utilizado pelo entrevistador), acarretando em sua contaminação, como a falsificação das memórias. **CONCLUSÃO:** Tendo em vista que a prova testemunhal é o meio de prova mais utilizado no processo penal brasileiro, mostrou-se necessário apresentar medidas de redução de danos, como a colheita da prova oral em um prazo razoável, objetivando-se suavizar a influência do tempo (esquecimento) na memória, bem como a realização da entrevista cognitiva, visando combater e/ou minimizar o viés sugestivo e os métodos equivocados utilizados pelos entrevistadores.

**Palavras-chave:** Processo Penal. Falsas memórias. Prova Testemunhal.

# A COMPROVAÇÃO DO DESVIO DE BENS E A (IM) POSSIBILIDADE DE DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA

ACADÊMICO: *Raphael Toldo de Souza (raphaelmaishak@gmail.com)*

ORIENTADOR: *JEFERSON PUEL*

EXAMINADOR: *Carla Fernanda Zanata*

EXAMINADOR: *Eliane Luiz Espíndola de Souza*

**Resumo:** Algumas modalidades de pessoa jurídica são dotadas de autonomia patrimonial, caracterizada pela não confusão entre o patrimônio da pessoa jurídica e de seus integrantes. No entanto, este princípio pode ser afastado em determinadas circunstâncias, oportunidade em que será utilizada a desconsideração da personalidade jurídica, quando os sócios são responsabilizados pelas obrigações da sociedade. O oposto também pode ocorrer, quando a sociedade responde por dívidas originária dos sócios, pelo desvio de bens deste para aquela. Nessa toada, esta pesquisa tem como objetivo verificar como comprovar o desvio de bens para possibilitar a desconsideração inversa da personalidade jurídica. Para tanto, utilizar-se-á o método dedutivo-monográfico, com a realização de uma pesquisa bibliográfica, para verificar a legislação, as teses doutrinárias e as decisões judiciais referentes ao tema. De início, serão abordados os aspectos gerais das pessoas jurídicas e, na sequência, as teorias e nuances envolvendo a desconsideração da personalidade jurídica, para então verificar-se a comprovação do desvio de bens e a (im) possibilidade de desconsideração inversa da personalidade jurídica. A desconsideração inversa se constitui como uma forma de rompimento da autonomia patrimonial, cujos requisitos são idênticos ao da desconsideração convencional. Nesse plano, a desconsideração inversa poderá ser aplicada quando verificada a “blindagem” patrimonial, ou seja, o intuito do sócio de esquivar-se de suas obrigações ao transferir seu patrimônio para a sociedade. Como resultado da presente pesquisa, o desvio de bens poderá ser comprovado de diversas formas como, por exemplo, com a verificação das alterações do contrato social de determinada pessoa jurídica, a fim de verificar a transferência de patrimônio da pessoa física para a sociedade.

**Palavras-chave:** Desconsideração inversa. Personalidade jurídica. Desvio de bens.

# O DIREITO DE PROTEÇÃO ÀS PESSOAS IDOSAS E AS MEDIDAS PROTETIVAS DISCIPLINADAS NA LEI N.º 10.741/2003

ACADÊMICO: *Regiane Moreto Moroteskoski*

ORIENTADORA: *ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES*

EXAMINADOR: *Agenor de Lima Bento*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem por objetivo o estudo acerca da violência contra as pessoas idosas no âmbito familiar. A violência familiar contra o idoso leva a consequências gravíssimas, principalmente, quando vivem um momento de fragilidade em razão de sua dependência. Os abusos praticados contra as pessoas idosas são mais comuns no âmbito familiar e doméstico, razão pela qual fica ainda mais difícil a intervenção para ajudá-los. Diante disso, este estudo tem por finalidade discorrer acerca do direito de proteção às pessoas idosas e as medidas de proteção elencadas no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741 de 1º de outubro de 2003). A partir disso, far-se-á uma abordagem acerca da situação dos idosos, vítimas de violência familiar frente ao Estatuto do Idoso, pontuando como os idosos são tratados pelos familiares em ambiente doméstico, identificando as formas de violência cometidas contra a pessoa idosa e elencando as leis que protegem o idoso quanto à violência.

**Palavras-chave:** Violência. Idoso. Família. Estatuto do Idoso. Medidas de Proteção.

# DIREITOS HUMANOS E POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA: CONSONÂNCIA OU ANTAGONISMO

ACADÊMICO: Robson Luca ([robsonluca@yahoo.com.br](mailto:robsonluca@yahoo.com.br))

ORIENTADORA: DANIELLE ESPEZIM DOS SANTOS

EXAMINADORA: Gisele R. Martins Goedert

EXAMINADORA: Tânia Maria Françosi Santhias

**Resumo:** O presente trabalho aborda a temática dos direitos humanos e sua relação com a atividade policial militar, por intermédio do estudo da atuação operacional da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Foram utilizados o método de abordagem dedutivo, de natureza qualitativa, procedimento monográfico e técnica de pesquisa bibliográfica. De forma a melhor compreender o processo de surgimento, constitucionalização e evolução dos direitos no campo internacional, culminando, no Brasil, com a constituição federal de 1988, a constituição cidadã que positivou muitos direitos de base humanista em nosso país. Também foi realizado levantamento histórico do surgimento das forças policiais no Brasil e no Estado de Santa Catarina, percorrendo as diferentes atribuições e estruturas através do tempo até a atual missão constitucional atribuída no contexto da segurança pública como direito fundamental. Analisando, ainda, as diretrizes de atuação operacional da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a formação de seus efetivos e os mecanismos de controle e correção existentes na instituição, onde se verifica que estas se coadunam com os direitos humanos positivados em nossa carta magna.

Palavras-chave: Polícia Militar. Direitos Humanos. Segurança Pública.

# O SISTEMA ATUAL DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS DO JUDICIÁRIO ESTADUAL CATARINENSE (EPROC) E A RELAÇÃO COM OS PRINCÍPIOS DO ACESSO À JUSTIÇA, CELERIDADE E EFETIVIDADE

ACADÊMICO: *Rodrigo Costa*

ORIENTADOR: *LEONARDO MARTINS FORNARI*

EXAMINADOR 1: *Susana Dos Reis Machado Pretto*

EXAMINADOR 2: *Denis De Souza Luiz*

**Resumo:** O estudo tem como objetivo identificar a relação do atual sistema de tramitação do judiciário estadual catarinense (Eproc) com os princípios do acesso à justiça, celeridade e efetividade. Em relação a metodologia aplicada, o método de abordagem utilizado quanto ao pensamento da pesquisa foi o dedutivo, já em relação a natureza da pesquisa, o método de abordagem do problema empregado foi o qualitativo, e no que diz respeito aos procedimentos da pesquisa, este estudo teve como tipologia a pesquisa predominantemente monográfica, utilizando a técnica de pesquisa bibliográfica. Foi abordado a contextualização do processo digital no Brasil e em especial como ela ocorreu no Estado de Santa Catarina, primeiramente com o sistema SAJ (Sistema de Automação da Justiça), e atualmente com o sistema Eproc (implementado por meio de cooperação técnica firmado entre o Tribunal de Justiça de Santa Catarina e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região). O estudo analisou os dois sistemas de tramitação processual tendo como base um relatório realizado pela Diretoria de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, chegando à conclusão que o sistema Eproc corrobora com os princípios do acesso à justiça, celeridade e efetividade, se destacando devido a suas ferramentas, bem como pelo seu baixo custo e boa acessibilidade, sendo o sistema que possui um reduzido número de desaprovação por quem o utiliza.

**Palavras-chave:** Processo Digital. Eproc. Acesso à justiça. Celeridade. Efetividade.



# A POSSIBILIDADE DO CONVALESCIMENTO DA POSSE PRECÁRIA COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE

ACADÊMICA: *Sabrina Ferreira Marques (contato.sabrinafm@gmail.com)*

ORIENTADORA: ANA CARLA FERREIRA MARQUES

EXAMINADOR: *Heitor Wensing Júnior*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem por objetivo analisar a possibilidade do convalidamento da posse precária com fundamento no princípio da função social da posse. A fim de atingir o objetivo principal do trabalho científico, tem-se em sua estrutura uma divisão em cinco capítulos. O primeiro capítulo trata da introdução. O segundo capítulo analisa o direito real em uma perspectiva civil-constitucional, concentrando seu estudo na propriedade, desde a sua origem, evolução histórica, até sua função social. Por sua vez, o terceiro capítulo aborda o instituto da posse, notadamente, seu conceito, sua distinção entre propriedade e detenção, sua natureza jurídica, sua classificação, seu modo de perda, bem como de aquisição e, por fim, seus efeitos. O quarto capítulo traz a construção doutrinária e jurisprudencial sobre o tema em comento. E o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

**Palavras-chave:** Posse precária. Convalidamento. Possibilidade.

# GRATUIDADE DA JUSTIÇA E INSEGURANÇA JURÍDICA: OS PARÂMETROS ADOTADOS PELAS CÂMARAS CÍVEIS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA PARA INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO

ACADÊMICA: *Sabrine Cristielle Souza De Souza Greskoviak Leal (Sabrinecristielle@Gmail.Com)*

ORIENTADORA: *SÂMIA MÔNICA FORTUNATO*

EXAMINADOR: *Denis De Souza Luiz*

EXAMINADORA: *Patricia Ribeiro Mombach*

**Resumo:** O objetivo geral deste trabalho é investigar os parâmetros adotados para o indeferimento da Gratuidade da Justiça e a uniformidade na sua aplicação, na esfera cível no âmbito do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio de pesquisa doutrinária e jurisprudencial de acórdãos de agravo de instrumento, proferidos em junho de 2019, almejando deduzir se há insegurança jurídica. Os procedimentos metodológicos de abordagem utilizados foram o dedutivo e qualitativo, o procedimento foi o monográfico e as técnicas de pesquisas consistiram na pesquisa bibliográfica e levantamento de dados. Os principais conceitos retratados versaram sobre processo civil, ação, processo e procedimento, fontes do processo civil, Gratuidade da Justiça e sua previsão legal, apresentando o conceito, um breve histórico, abordando sua regulamentação no Código de Processo Civil, assim como tratando sobre insegurança jurídica e realizando um levantamento de dados obtidos nos julgados das Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, verificando os parâmetros adotados para indeferimento do benefício, em junho de 2019. Concluiu-se que, apesar das decisões em que a agravante é pessoa jurídica possuírem uma uniformidade nos critérios empregados, ainda há insegurança jurídica, uma vez que há incongruências nas decisões em que a parte agravante é pessoa natural.

**Palavras-chave:** Processo Civil. Gratuidade da Justiça. Insegurança Jurídica.

# A ATUAÇÃO DAS FACÇÕES CRIMINOSAS E A DECLARAÇÃO DE ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

ACADÊMICA: *Suiane França Goulart (suianegoulart27@gmail.com)*

ORIENTADOR: *MÁRIO LUIZ SILVA*

EXAMINADOR: *Alex Sandro Sommariva*

EXAMINADOR: *Ronaldo da Silva Cruz*

**Resumo:** A presente monografia tem por objetivo analisar a atuação das facções criminosas e a declaração de Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário brasileiro, indicando possíveis medidas a serem adotadas pelo Estado a fim de diminuir a atuação das facções criminosas e aumentar qualidade no sistema prisional. O sistema carcerário brasileiro enfrenta diversos problemas. Entre eles, a questão da superlotação ganha evidência, já que, aliada a outras situações adversas, atua como fonte de facções criminosas dentro das penitenciárias e presídios. Sendo assim, o estudo aqui dialogado se mostra importante e necessário. Dentre as análises realizadas, estão o sistema de repressão penal, os direitos constitucionais inerentes aos presos, bem como os princípios que norteiam o sistema. A realidade carcerária brasileira e a declaração do Estado de Coisas Institucional por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF, n. 347) também são objetos conceituados e analisados no referido estudo. De forma indutiva, no que diz respeito à metodologia, questões relacionadas ao surgimento de organizações criminosas nos estabelecimentos prisionais, bem como a indicações para a diminuição das mesmas também são pontos tangentes e sondados nesse trabalho.

**Palavras-chave:** Facções Criminosas. Sistema Penitenciário. Estado de Coisas Inconstitucional.

# RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO DOS FILHOS DE ACORDO COM O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ACADÊMICO: *Táise Vicente da Boit (taise\_daboit@hotmail.com)*

ORIENTADORA: *ROBERTA DOS SANTOS RODRIGUES*

EXAMINADOR: *Alex Sandro Sommariva*

EXAMINADOR: *Heitor Wensing Júnior*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar a responsabilidade civil por abandono afetivo do filho de acordo com entendimento do Superior Tribunal de Justiça. O tema proposto foi desenvolvido em cinco capítulos. Primeiramente, introduziu-se o assunto, enfatizando sua importância. Após, fez-se considerações acerca da família na ordem jurídica brasileira, elencando os princípios relacionados ao tema, como a dignidade da pessoa humana, a proteção integral da criança e do adolescente, o melhor interesse da criança e do adolescente, afetividade, solidariedade e convivência familiar, paternidade responsável e busca pela felicidade. No terceiro capítulo se fez uma abordagem acerca da responsabilidade civil, trazendo, em um primeiro momento, a evolução histórica do instituto e, depois, os seus elementos, enfatizando a responsabilidade civil contratual e extracontratual, objetiva e subjetiva. O quarto capítulo tratou do tema central proposto, discorrendo-se sobre a responsabilidade civil dos pais pelo abandono afetivo dos filhos. Foram narrados os Projetos de Lei existentes sobre a matéria e, então, elucidou-se os argumentos usados pela Corte Superior de Justiça favoráveis e contrários à reparação por abandono afetivo. Ao final, o quinto capítulo expôs as considerações finais acerca do presente trabalho de conclusão de curso.

**Palavras-chave:** Indenização Civil por Abandono Afetivo. Abandono afetivo. STJ. Abandono Afetivo.

# ASPECTOS DA CRIMINALIDADE FEMININA NA REGIÃO SUL DE SANTA CATARINA: CONDENADAS E O SEU ENVOLVIMENTO NO CRIME

ACADÊMICO: *Tayná Menegaz Consoni (taynamenegaz@hotmail.com)*

ORIENTADOR: *MATEUS MEDEIROS NUNES*

EXAMINADOR: *Walmor Carlos Coutinho*

EXAMINADOR: *Paulo da Silva Filho*

**Resumo:** O presente trabalho monográfico tem como objetivo analisar os aspectos da criminalidade feminina na Região sul de Santa Catarina, aplicando um questionário às condenadas do Presídio Feminino da cidade de Tubarão, para a coleta de alguns dados, como: o perfil das condenadas, o tipo de crime que fora praticado, entre outros, visando obter o número de mulheres condenadas pelo envolvimento no crime para proteger parentes. Quanto ao nível, este é explicativo, visto que o presente trabalho busca os motivos pelos quais levam as condenadas a cometerem tal delito para proteger parentes. Quanto ao método dedutivo, visto que se obteve uma conclusão. Por fim quanto à abordagem utilizada foi quantitativa, pois teve a utilização de números e porcentagens. Os resultados demonstraram que as participantes da presente pesquisa cometeram crime por motivo de necessidade. Conclui-se que a necessidade acaba sendo o motivo maior para o cometimento do crime, visto muitas vezes por serem mães solteiras e arcarem com as custas familiares sozinhas, e pelo envolvimento com pessoas que já estão no crime.

**Palavras-chave:** Criminalidade feminina. Sistema prisional feminino. Motivos da condenação.

# POPULAÇÃO FEMININA CARCERÁRIA E POSSÍVEL DESIGUALDADE AFETIVA EM RELAÇÃO AOS PRESOS MASCULINOS

ACADÊMICA: *Tatiani Aparecida Garcia dos Santos (tatianiaparecidagarcia@outlook.com)*

ORIENTADOR: *MATEUS MEDEIROS NUNES*

EXAMINADOR: *Fábio Gesser Leal*

EXAMINADOR: *Rafael Giordani Sabino*

**Resumo:** Esta monografia tem por objetivo demonstrar se é possível constatar um abandono significativo maior em razão do gênero que delinque, quando comparado com a população carcerária masculina. Para chegar-se ao objetivo proposto, utilizou-se o método dedutivo e quali-quantitativo, e quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória, com abordagem qualitativa e quantitativa. Quanto ao procedimento utilizado para coleta de dados, se utilizou o da pesquisa bibliográfica, que envolveu níveis distintos de leitura e tomada de apontamentos: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa, levantamento de dados por meio de entrevista das atuais assistentes sociais tanto do Presídio Masculino de Tubarão, quanto do Presídio Feminino de Tubarão – SC (duas assistentes) que narraram, pela sua observação de anos de trabalho nestes locais, que constataram um certo abandono do gênero feminino que delinque. Quanto aos resultados, verificou-se que ao analisar as visitas nos presídios de Tubarão – SC, constatou-se que existe uma desproporcionalidade de visitas, dado que no balanço geral do ano de 2019 consta um fluxo maior de visitas recebidas por parte do presídio masculino de 6,42% (seis vírgula quarenta e dois por cento) em relação ao fluxo de visitas ao presídio feminino. No levantamento bibliográfico restou confirmado que a mulher é duplamente punida porque ao transgredir a lei ela rompe com o papel esperado da mulher aos olhos da sociedade.

**Palavras-chave:** Execução penal. Mulheres. Prisões.

# TEORIA DA PROVA: POSSIBILIDADE DO USO DA PROVA OBTIDA POR MEIO ILÍCITO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

ACADÊMICO: *Tcharles da Cruz Koch (tcharlesdacruzk@gmail.com)*

ORIENTADOR: *AGENOR DE LIMA BENTO*

EXAMINADOR: *Cristiano Selig*

EXAMINADOR: *Tatiana Firmino Damas*

**Resumo:** Há na nossa esfera jurídica tributária certa contrariedade de entendimento no que se refere em provas obtidas por meios ilícitos, levando em consideração os julgados da esfera tributária, em comparação as demais esferas do direito brasileiro. O estudo se intensifica devido o aprofundamento na matéria, buscando compreender o que adota a Constituição Federal de 1988, bem como sua aplicação no direito tributário e nas demais áreas do direito, para melhor esclarecimento quanto à possibilidade do uso de provas obtidas por meios ilícitos. Como dito alhures, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, LIV, resguarda o direito ao devido processo legal, e, por consequência disso, no inciso LVI, expressa sobre as provas obtidas por meios ilícitos, que devem ser consideradas inadmissíveis ao processo. Seguindo o entendimento constitucional, diversas áreas do direito, como o processo civil e processo penal, respeitam em seus julgados esse princípio constitucional, qual seja do devido processo legal. Contrárias são as decisões que vem proferindo o Carf neste sentido, admitindo o uso das provas obtidas por meios ilícitos. Como já mencionado, os julgados na esfera tributária vêm tendo um entendimento contrário das demais áreas do direito e, por consequência, de afronta a Constituição Federal, admitindo assim o uso da prova obtida por meio ilícito. Segundo entendimentos extraídos dos julgados do Carf, os julgadores de tal conselho levam em consideração ao admitir o uso de tais provas a teoria da descoberta inevitável.

**Palavras-chave:** Prova. Possibilidade. Obtenção. Ilícito. Teoria da descoberta inevitável. Teoria dos frutos da árvore envenenada.

# A RESPONSABILIDADE CIVIL EM ACIDENTES CAUSADOS POR VEÍCULOS COM DIREÇÃO AUTÔNOMA

ACADÊMICO: *Tyrone Schnaider Júnior tyroneschnaiderjunior99@gmail.com*

ORIENTADORA: *PROFESSORA GISELE RODRIGUES MARTINS GOEDERT*

EXAMINADORA: *Professora Andréia Catine Cosme*

EXAMINADOR: *Professor Julian de Freitas Salvan*

**Resumo:** O presente estudo tem como objetivo identificar quem pode ser civilmente responsabilizado em acidentes causados por carros com direção autônoma. Com a evolução dos automóveis e criação de novas tecnologias, os veículos estão tornando dispensável a presença de um condutor e, com isso, surgem novas possibilidades de incidentes que não encontram respaldo específico na legislação. Para melhor compreender de quem seria a responsabilidade nesses incidentes, expõe-se uma breve evolução dos veículos e do trânsito brasileiro até o momento da utilização de automóveis com direção autônoma. Na sequência, apresentam-se os elementos caracterizadores da responsabilidade civil, a teoria direta e imediata do nexo de causalidade e um possível conflito que pode existir entre essa teoria com a ausência da conduta humana. Por último, aborda-se a responsabilidade em reparar os danos causados pelo veículo, bem como a possibilidade de o condutor responder pelas ações do mesmo. Também é abordado a responsabilidade objetiva da fabricante em reparar os danos causados pelo automóvel, concluindo-se que a responsabilidade de indenizar os prejuízos causados pelo carro é desta última, que desenvolveu e produziu o veículo. Em relação aos procedimentos metodológicos, este estudo é de pensamento dedutivo, natureza qualitativa, com a utilização do procedimento monográfico e técnica bibliográfica de pesquisa.

**Palavras-chave:** Veículos com direção autônoma. Acidentes. Responsabilidade civil.



# DIREITO, MULHER E (IN)JUSTIÇA: A NATURALIZAÇÃO DAS CATEGORIAS CULTURAIS COMO FORMA DE DOMINAÇÃO

ACADÊMICO: *Valéria Cenci Valle*

ORIENTADOR: *VILSON LEONEL, MSC*

EXAMINADORA: *Cristiano de Souza Selig*

EXAMINADOR: *Agenor de Lima Bento*

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo demonstrar que houve uma naturalização de categorias culturais referente ao sexo feminino ao longo da história. Para a realização da pesquisa utilizou-se o método dedutivo. A pesquisa quanto aos objetivos é de natureza exploratória com abordagem qualitativa. Quanto ao procedimento utilizado para coleta de dados o estudo é bibliográfico, envolvendo níveis distintos de leitura e tomada de apontamentos: leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Quanto aos resultados, verificou-se que a naturalização de categorias culturais contribuiu sobremaneira para a submissão e a inferiorização da mulher perante o homem, ao longo da história, tendo reflexo, inclusive, no ordenamento jurídico, que, durante muitos anos manteve a mulher em uma condição subalterna. Portanto, afirma-se que a inferioridade da mulher ao longo da história deriva das categorias culturais de domínio, que foram naturalizadas como se proviessem de fatores biológicos, fazendo-se crer que a mulher era inferior ao homem por conta de um dado natural, quando, na realidade, a caracterização de subalternidade origina-se na propagação de categorias culturais de domínio sobre o sexo feminino.

**Palavras-chave:** Feminismo. Mulheres. Direito.

# OS LIMITES DA EFICÁCIA DO CONTRATO DE NAMORO DIANTE DA EVOLUÇÃO DO RELACIONAMENTO PARA UNIÃO ESTÁVEL: UMA ANÁLISE À LUZ DA NATUREZA JURÍDICA DA UNIÃO ESTÁVEL

ACADÊMICA: *Vanessa Esser da Silva Silvano (vanessaessersilva@gmail.com)*

ORIENTADORA: ANA CARLA FERREIRA MARQUES

EXAMINADOR: *Heitor Wensing Júnior*

EXAMINADORA: *Vanessa de Assis Martins*

**Resumo:** Considerando que a forma de se relacionar no namoro mudou, permitindo maior liberdade entre o par, em alguns casos, especialmente de namoros prolongados ou com notável vida social, não é possível a terceiros diferenciar se o que existe entre o casal é um namoro ou uma união estável. Com o intuito de deixarem às claras o 'status' do relacionamento, muitos casais optam pelo contrato de namoro. Nesse cenário, a presente monografia tem como propósito abordar os limites da eficácia do contrato de namoro diante da evolução do relacionamento para união estável, por meio de uma análise que leva em consideração a natureza jurídica da união estável. Para tanto, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, partindo-se de premissas gerais para obter os resultados buscados. No desenvolvimento deste trabalho será empregado, como procedimento para a coleta de dados, o tipo de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. Assim, dividiu-se a monografia em quatro capítulos. O primeiro trata da constitucionalização da família; o segundo enfatiza as diferenças da união estável e do namoro; o terceiro aborda a temática do contrato; e, por fim, o quarto capítulo apresenta o entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema proposto.

**Palavras-chave:** Família. União estável. Contrato de namoro.

# NEOCONSTITUCIONALISMOS E INTERPRETATIVISMO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DA IMPORTAÇÃO, (DES)ACORDOS E PROPOSTAS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO PARADIGMA CONSTITUCIONAL NO BRASIL PÓS-1988

ACADÊMICO: Victor Bianchini Rebelo (vbrebelo10@gmail.com)

ORIENTADOR: DANIELLE MARIA ESPEZIM DOS SANTOS

EXAMINADOR: Priscila de Azambuja Tagliari

EXAMINADOR: Patrícia Santos

**Resumo:** O presente trabalho analisa duas propostas que foram importadas durante o processo de formação do novo paradigma constitucional brasileiro pós-1988, a fim de estabelecer parâmetros teóricos para um novo constitucionalismo após a promulgação da CRFB/88. São elas o Neoconstitucionalismo e o Interpretativismo Jurídico. O objetivo principal nesta pesquisa é investigar o contexto em que foram elaboradas ambas as teorias, seus autores principais, bem como suas diferenças, para assim poder estabelecer quais foram suas influências para a formação deste novo paradigma constitucional brasileiro. Por meio de utilização do método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, foi possível revisitar o movimento que buscou estabelecer no Brasil este novo constitucionalismo, especialmente pela Doutrina Brasileira da Efetividade, de Luís Roberto Barroso, e a Crítica Hermenêutica do Direito, de Lenio Luiz Streck, autores que estão, respectivamente, entre os principais representantes do Neoconstitucionalismo e do Interpretativismo Jurídico no País. Assim, pretende-se verificar os limites da influência de ambos os marcos dentro do constitucionalismo brasileiro pós-1988, além de pontuar suas relações controvertidas com o fenômeno do Juspositivismo Contemporâneo. Foi trazido também à pesquisa julgamento paradigmático no âmbito do Supremo Tribunal Federal, onde foi travado embate direto entre as propostas pesquisadas, com resultado que ainda gera discussões acerca do papel do judiciário dentro do *rule of law* no Estado Democrático de Direito. Com a pesquisa, traçaram-se linhas delimitadoras do que propõe cada teoria, assim como foi possível realizar uma crítica da formação do paradigma constitucional pós-1988, que, influenciada pela tensão entre o tradicionalismo pré-1988 e o neoconstitucionalismo pós-1988, acabou por reduzir a compreensão do fenômeno juspositivista a um mero formalismo exegético. Assim, o trabalho propôs uma revisão teórica do processo de formação do paradigma pós-1988 como superação do positivismo, e também sugeriu perspectivas futuras ao debate Neoconstitucionalismo v. Interpretativismo, discutindo a natureza de ambos os marcos – consequencialismo e substancialismo, respectivamente – junto ao presente diálogo com propostas positivistas que estão no cerne da controvérsia sobre a discricionariedade judicial dentro das complexas disputas da nova separação de poderes.

**Palavras-chave:** Neoconstitucionalismo. Interpretativismo Jurídico. Hermenêutica. Filosofia do direito.

# ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: A APLICABILIDADE DA JUSTIÇA CRIMINAL NEGOCIAL PERANTE O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

ACADÊMICO: *William Henrique Willms (williamhwillms@hotmail.com)*

ORIENTADOR: *JANAINA CARVALHO DE SOUZA*

EXAMINADOR: *Rodrigo Indalêncio Vilela Veiga*

EXAMINADOR: *Priscila de Azambuja Tagliari*

**Resumo:** O presente trabalho de monografia versa acerca dos principais aspectos do acordo de não persecução penal inserido no Código de Processo Penal, pelo famigerado Pacote Anticrime, através da promulgação da Lei n. 13.964/2019. Tem-se por objetivo uma análise detalhada com relação aos requisitos e condições para sua aplicação, seu procedimento legal a ser respeitado, tendo em vista a necessidade de observância ao vigente sistema processual acusatório (art. 3º-A do CPP), da necessidade de se resguardar a imparcialidade do juiz das garantias, possibilidade da proposição do ANPP aos processos em curso, tal como evitar a ilegal coação sobre a vontade dos investigados. Em síntese, são analisados todos os detalhes acerca desse instituto negocial.

**Palavras-chave:** Justiça criminal negocial, Acordo de não persecução penal (ANPP), Imparcialidade judicial